

LONGOS ANOS

Previdência estadual está sem solução para deficit

Situação é “crítica”, já que único plano rentável foi esvaziado pelo governo

NATALIA YAHN

A previdência estadual está sem saída e não existe garantia da capacidade para honrar o pagamento das futuras aposentadorias dos servidores. Especialistas ouvidos pelo **Correio do Estado** apontam que a situação é crítica e pode piorar, já que atualmente o Executivo aporta R\$ 80 milhões – além do que é arrecadado com as contribuições – para pagar o salário dos inativos. Mas a previsão é de que, em três anos, o valor suba para R\$ 150 milhões e continue a crescer até 2023.

“Para quem já está aposentado, é uma situação. Para quem vai entrar agora, outra. Aqueles que vierem a assumir cargos efetivos após as possíveis mudanças não são o problema, pois vão recolher com base no teto máximo. Mas manter quem é aposentado e quem está se aposentando continua a ser o problema”, afirma o advogado e presidente da Comissão de Regime Próprio da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-MS), Ademir de Oliveira.

Segundo ele, “o governo não achou uma solução para isso. Não existe mais Fundo [recurso investido], não tem mais dinheiro nenhum”.

A explicação considera a proposta que cria a Previdência Complementar consequência da mudança na legislação previdenciária aprovada em 2017. “A lei [nº5.101/2017]



BRUNO HENRIQUE

SEM RESPOSTA. Secretário Eduardo Riedel não comentou o assunto

tinha isso, era uma das condições apresentar em 180 dias o projeto da Previdência Complementar. Mas a unificação dos fundos foi uma grande safadeza, não deveria ter sido feita”, lamentou o especialista.

Agora, “caixa [para pagamento de quem já se aposentou e de quem ainda vai se aposentar] é um só, e o governo não cumpriu o que deveria fazer, que é um estudo de quanto custa para poder bancar os benefícios de todo o Estado. Existia uma estimativa para os servidores que entraram antes e depois de 2012. Mas nessa situação era necessário outro cálculo”, explica Oliveira.

O “problema eterno” é provocado justamente pela conta que “não fecha”. “Quem recolhe acima do teto [R\$ 5,5 mil] atualmente banca os inativos, mas, no futuro, essa massa de contribuintes vai diminuir, e eles estarão aposentados com rendimentos acima do teto,

mas quem vai mantê-los? O aporte vai aumentar significativamente. Ninguém está preocupado em criar solução para o futuro”, diz.

Em resposta ao **Correio do Estado**, a assessoria de imprensa do Executivo estadual informou que “quanto aos bens imóveis a serem incorporados ao patrimônio do fundo previdenciário, dentro do prazo estabelecido de 360 dias, nesse momento, está em curso a fase de avaliação dos valores”.

O governo ainda se defendeu, informando que “o levantamento atuarial indica queda do rombo projetado de R\$ 20,8 bilhões para R\$ 8,9 bilhões em 2030”, afirmando que a reforma previdenciária aprovada no ano passado reduziu o deficit dos próximos 12 anos em 50%.

A reportagem procurou o secretário de Governo, Eduardo Riedel, que cuida do assunto, mas ele não retornou as ligações.

380

MILHÕES DE REAIS
O Plano Previdenciário, composto pelos servidores que ingressaram no serviço público estadual por meio de concurso público, a partir de 29 de junho de 2012, contava com um montante depositado de aproximadamente **R\$ 380 milhões, garantindo assim o pagamento de seus benefícios previdenciários futuros, sem a necessidade de recursos suplementares do Tesouro do Estado. Ao sancionar a lei da reforma no ano passado, o governo unificou os planos (financeiro, que pagava os já aposentados, e o previdenciário, que era a poupança de quem entrou a partir de 2012), o que compromete a viabilidade do regime próprio de previdência, pois os recursos acumulados e capitalizados em cinco anos seriam utilizados para cobertura do deficit do Plano Financeiro, que está em torno de R\$ 80 milhões ao mês.**

VÍTIMAS

BRUNO HENRIQUE



MAIS UMA. Mulher de 56 anos faleceu ontem de manhã em avenida

Até ontem, 42 morreram em acidentes de trânsito

LUANA RODRIGUES

Do início do ano até ontem, 42 pessoas morreram, vítimas de acidentes no trânsito de Campo Grande. Já são quatro mortes a mais que no mesmo período do ano passado. A maioria das vítimas é motociclista: 27 mortos. Mas também há pedestres (9), condutores de carros (3) e passageiros (3), que acabam perdendo a vida nas ruas.

O último caso foi de Maria de Lourdes Faustino, 56 anos, que morreu num acidente na Avenida Gury Marques, ontem pela manhã. Ela era passageira de uma motocicleta conduzida pelo próprio filho, que bateu num carro e, em seguida, num caminhão.

A mulher teve traumatismo craniano, lesão no tórax e parada cardíaca. Socorristas tentaram reanimá-la por 20 minutos, mas ela não resistiu. O filho dela, que não teve a identidade revelada pela polícia, foi encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jardim Universitário.

O condutor do carro fugiu do local do acidente e sequer parou para prestar socorro. Já o motorista do caminhão relatou que não tinha se dado conta da batida e que só foi descobrir o que aconteceu porque outro motociclista, que vinha logo atrás, o alcançou e o avisou. Por este motivo, ele voltou para prestar socorro e informar a polícia.

Esta foi a quarta morte nos últimos quatro dias. No fim de semana, a enfermeira Amanda Gameiro, de 27 anos, morreu após colidir o veículo Voyage em uma carreta estacionada, no Lar do Trabalhador. Na Avenida Costa e Silva, jovem que não teve o nome divulgado também morreu após cair de moto.

No domingo, um vendedor ambulante de 79 anos morreu depois de ser atropelado por carro, na região do Jardim Nova Lima. Petrolino Gomes de Souza estava de bicicleta. Ele teve traumatismo craniano, chegou a ser reanimado, porém, não resistiu. **(Colaborou Rafaelly Gonçalves)**

ESCOLARES

MPE questiona sobrepreço em licitação de kits

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) entrou com ação na Justiça contra a Prefeitura de Campo Grande, por violação aos princípios administrativos em licitação para registro de preços de kits escolares da Rede Municipal de Ensino. Segundo o promotor Marcos Alex Vera, da 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, investigação apontou que a prefeitura definiu valores superiores à média de mercado na licitação, aumentando, assim, o gasto com a compra dos kits.

Na ação, o MPMS pede a concessão de liminar para suspender o pregão eletrônico

até o julgamento definitivo da demanda, sob pena de aplicação de multa diária ao prefeito Marcos Trad (PSD), e ainda que seja declarado nulo o procedimento licitatório. O certame encontra-se em fase final.

Conforme a denúncia, a apuração teve origem em manifestação recebida pela ouvidoria do Ministério Público que, a partir de matéria jornalística veiculada no **Correio do Estado**, edição do dia 31 de outubro de 2017, retratou que poderia haver aumento nos gastos com os kits.

Com a aquisição do material escolar para atendimento dos alunos no ano letivo de

2018, a reportagem mostrava previsão de gastos de aproximadamente R\$ 7,3 milhões, valor 58,7% superior aos gastos de 2017, quando foram dispendidos R\$ 4,6 milhões com a compra. Leia a matéria completa no **Portal Correio do Estado. (LR)**

VEJA MAIS EM SEU CELULAR

Use o leitor de QR Code ou use a câmera do seu celular para saber mais sobre a notícia.



MPE questiona sobrepreço em licitação de kits

SEIS MESES

Nove servidores federais são expulsos em MS

Nove servidores públicos federais foram expulsos por irregularidades no primeiro semestre deste ano, em Mato Grosso do Sul, segundo consta em relatório divulgado hoje pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Conforme o levantamento, o Estado tem 10.318 servidores federais ativos. Somente neste primeiro semestre, o número de servidores expulsos pelos órgãos e autarquias da União já é igual ao total de expulsos durante todo o ano passado. Nos últimos 15 anos, 146 funcionários públicos foram punidos com expulsão em MS, o que dá uma média de 7,17 expulsos a cada mil. **(Glaucea Vaccari)**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

"Convocamos todos os membros do Corpo Clínico do Hospital São Julião para a ASSEMBLEIA GERAL, a realizar-se no dia **20/08/2018**, às**19:00**horas, na Rua Lino Villachá, 1250 – Bairro São Julião (Auditório da Unidade Cirúrgica) nesta cidade, para tratar dos seguintes assuntos: **Eleição e Posse** da nova Diretoria Clínica e Comissão de Ética Médica do Hospital São Julião – Biênio 2018-2018.

Campo Grande – MS, **25/07/2018**
Dra. Terezinha Alves Mandetta
Diretora Clínica/HSJ

GRUPAMENTO DE APOIO DE CAMPO GRANDE

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/GAP-CG/2018

OBJETO: Contratação de serviço de reprografia. Abertura das propostas no dia 06/08/2018 às 09h30min. HORÁRIO DE BRASILIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 25/07/2018, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

Alcoolvale S/A – Alcool e Açúcar
(em regime jurídico de Recuperação Judicial)
CNPJ/MF – 15.444.904/0001-83 - NIRE – 54.300.001.406
Aparecida do Taboado-MS

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Pelo presente Edital, e na melhor forma de direito, ficam os Senhores Acionistas da sociedade Alcoolvale S/A – Alcool e Açúcar (em regime jurídico de Recuperação Judicial), convocados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se-á no dia 31 de Julho de 2.018, às 10:30 horas, em sua sede social, situada no Parque Industrial Fazenda Santa Inês, Zona Rural, no Município e Comarca de Aparecida do Taboado-MS, para debaterem e deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária - Apresentação do relatório da Administração; - Aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores, relativas ao exercício findo em 31.03.2018; - Deliberação acerca do resultado do exercício; e - Remuneração dos Administradores. Assembleia Geral Extraordinária - Proposta de alteração e consolidação dos Estatutos Sociais; e - Outros assuntos específicos de interesse da Companhia. O presente Edital é afixado na sede da sociedade e publicado na imprensa na forma da legislação vigente. Ficam os acionistas devidamente informados de que todos os documentos relacionados com a pauta da Ordem do Dia, encontram-se à disposição para consultas na sede da sociedade. Aparecida do Taboado-MS, 19 de julho de 2018. (a) Alcoolvale S/A – Alcool e Açúcar (em Recuperação Judicial) Rogério Nogueira Alves - Diretor Superintendente. (23.24.25)

ASSISTA EM

HD

EM CAMPO GRANDE

CANAL NET: 518

CANAL DIGITAL: 11.1

BALANÇO GERAL MS

ÀS 11h

CIDADE ALERTA MS

ÀS 17h50

/TEVEMS

/TVMSRECORD

WWW.DIARIODIGITAL.COM.BR